

Resenha de: PASSAMANI, Guilherme. Org. (Contra) pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011. [130 p].

Andréa Paixão¹

A compreensão das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual apresenta grande desafio para profissionais da educação e para outros segmentos da sociedade brasileira. Tratar dessas temáticas no âmbito escolar representa a oportunidade de dar visibilidade a expressões da sexualidade e das identidades de gênero plurais que hoje ganham legitimidade na esfera pública. Seguindo de perto essa preocupação, o livro certamente colabora para rever regras, tabus e convenções que ainda hoje percebemos tão candentes no espaço escolar e na cultura. A obra é uma das poucas que, em uma perspectiva da educação em direitos humanos, apresenta textos com um potencial reflexivo para colocar em xeque preconceitos e estigmas que afetam a escola, a família, a religião. Os autores encaram com responsabilidade a tarefa de, através de textos ora mais ensaístas, ora mais analíticos, fornecer subsídios para pensar mudanças de valores e práticas sociais cotidianas de exclusão e hierarquização dos sujeitos. O livro coloca em discussão a produção de legitimidades e ilegitimidades no âmbito das

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduada em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos sobre Diferença, Cultura e Poder (LED/ UFC)

práticas pedagógicas e da comunidade escolar, além de outras múltiplas esferas da vida social, como a família, as redes de sociabilidade, as igrejas e muitas outras.

Guilherme R. Passamani e Katiane Ferreira abrem o livro com o artigo *A problemática de gênero na perspectiva de professores da Naviraí/MS: uma experiência de extensão universitária*. Apresentam uma reflexão sobre projeto de extensão, que tem a proposta central de promover o debate sobre sexualidade e gênero junto à comunidade acadêmica de professores do município de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul. Por meio de aplicação de questionários, os autores perceberam as angústias e dificuldades dos professores em trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade na escola. Dúvida, inquietações e frustrações, foram destacadas pelos professores, que apontam “a falta de preparo adequado para lidar com a temática em sala de aula”, além da pouca abertura para o diálogo nesses espaços. Assim, os autores concluem que o grande empecilho para trabalhar gênero e sexualidade nas escolas é “a falta de conhecimento teórico mais aprofundado, que provoca o equívoco de conceitos estereotipados e generalistas das questões”.

Formação docente e gênero: relato de uma prática pedagógica, escrito por Lucimar Rosa Dias, aborda a discussão sobre infância e gênero a partir da experiência profissional dela. A autora chama a atenção para a importância da incorporação de temas que tratem das questões de gênero, raça e etnia nos currículos dos cursos de formação de professores. Assinala a importância de uma reflexão mais abrangente que implique em compromisso político formador que perceba as relações de poder para além das assimetrias de classe e econômicas. A conclusão assinala que

há uma grande necessidade de questionamento das visões deterministas do gênero capaz de romper com perspectivas estereotipadas.

Fátima Perurena, Mariclene Sandalowski e Gabriela Felten da Maia destacam as dimensões do gênero presentes nas infrações de trânsito na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. O artigo *Violência no trânsito: gênero, masculinidades e patriarcado* assinala que esse fenômeno reflete comportamentos apreendidos na socialização dos sujeitos. O cultivo de padrões hegemônicos de masculinidade pode mesmo acarretar violências letais, demonstrando os nexos entre educação no trânsito e *performances* de gênero.

Através de um ensaio instigante, o antropólogo Leandro de Oliveira apresenta uma reflexão sobre as mudanças no cenário atual relacionadas às lutas por reconhecimento das minorias sexuais, com o texto *Diversidade sexual, gênero e família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade*. Problematisa as dimensões plurais da violência homofóbica ao realçar os entrelaçamentos entre definições de família, gênero e heterossexismo. Um dos pontos altos do ensaio é o que o autor qualifica como uma “obsessão cultural” com as supostas causas da homossexualidade, promovida por discursos científicos que extrapolam esses domínios e alcançam outras instituições, como a escola, a família e a religião. Esse senso comum difuso na sociedade brasileira é a base do preconceito sexual contra a homossexualidade, que origina formas plurais de homofobia, as quais podem chegar até à violência letal. Sugere um exercício interessante de pensamento de acordo com o qual a “regra” é a homossexualidade para a compreensão dos “elos entre homofobia/preconceito sexual e o

suposto da superioridade heterossexual” e coloca como desafios para os educadores os processos de “mudança cultural” na perspectiva de associá-la à “visibilidade das minorias sexuais no Brasil”.

No ensaio de Zulmira N. Borges, Mariane Inês Ohlweiler e Muriel Bulsing, *Reflexões sobre o programa “Brasil sem Homofobia” e o cotidiano escolar*, os autores discutem pesquisas realizadas a partir da criação dessa política pública, na perspectiva de análise “das dificuldades encontradas” por professores em trabalhá-la nas escolas. Chamam a atenção, a partir de seus resultados, para a necessidade de uma educação inclusiva e de um movimento de desconstrução de “rótulos e preconceitos” dos próprios educadores que aderiram a cursos de capacitação para trabalharem com essa política nas escolas. Observam a importância de se pensar um currículo que atente para as dimensões da diversidade sexual e de gênero, como uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil.

Esmael Alves de Oliveira reflete sobre *O corpo Vigiado e o Policiamento da sexualidade – uma análise da homofobia no contexto escolar*. Aborda, a partir de suas experiências profissionais, acadêmicas e pessoais, o preconceito e a homofobia no contexto escolar da cidade de Manaus. Discute aspectos da corporalidade entre os alunos, considerando *performances* corporais como fenômenos centrais para julgamentos da homossexualidade na escola. Manifestações de preconceito e homofobia, naquele contexto, estão inextricavelmente associadas a *performances* corporais tidas como masculinas ou femininas. Os/as que não se “encaixam” nos “padrões de gênero” da heteronormatividade são alvos de perseguição, preconceito e

estigmatização, o que, segundo o autor, evidencia a “existência de uma forte política do armário” entre esses sujeitos e atenta para a urgência de discutir comportamentos de professores que reforçam e aplicam aos/às alunos/as a heteronormatividade como forma legítima e única de vivenciar a sexualidade. A análise mostra a dificuldade da escola em trabalhar e lidar com as diferenças e a diversidade sexual.

Em *Uma luz no fim do armário: aspectos sociais da construção do homoerotismo*, Ana Maria Gomes e Paulo Roberto Lucca refletem sobre os efeitos que “práticas homoeróticas” e o preconceito que as circundam provocam nos sujeitos que as praticam. Consideram que a presença e a imposição social do heterossexismo levam homossexuais a negarem sua identidade sexual, uma vez que declará-la pode acarretar a desvantagem social. Destacam os sofrimentos psíquicos advindos dessa negação de si e o modo como a falta de laços sociais em torno dessa identidade pode levar a percepções negativas de si.

Entre o ‘pecado’ e o amor de Deus: comentários sobre a experiência da homossexualidade em igrejas evangélicas tradicionais e igrejas inclusivas é a contribuição que Marcelo Natividade traz a essa obra. Em um texto emocionante, ele chama a atenção para a pluralidade das manifestações de homofobia no meio social. Aborda o lugar das instituições religiosas na regulação da sexualidade e na modelagem das subjetividades que “escapam ao padrão da heterossexualidade”. O fio condutor é a trajetória de uma lésbica cearense e seus dramas e conflitos em torno da vivência da homossexualidade. Outras trajetórias são contrapostas para dimensionar as relações entre desaprovação familiar, religiões pentecostais e construções de si. O artigo aponta a possibilidade

de conciliação entre homossexualidade e cristianismo oferecida pelas igrejas inclusivas, bem como seus impactos na construção de sentidos positivos de si.

Aparecido Francisco do Reis e Suellen O. D. R. Próspero, no artigo *À direita de Deus: a atuação política de grupos evangélicos de Campo Grande no âmbito da homossexualidade*, trazem uma reflexão sobre a posição política de dois grupos religiosos frente à homossexualidade, naquele contexto. Definem que essa oposição se orienta por valores religiosos que colocam a homossexualidade como “uma de suas maiores preocupações”, fundamentando o preconceito e homofobia em parâmetros bíblicos. Esses grupos, com força política local, utilizam-se de múltiplas estratégias para influenciar o poder público e a opinião popular no tocante às demandas LGBTs, desqualificando a homossexualidade. Densos jogos de poder grassam as esferas pública e privada, impactando disputas no Legislativo e outras esferas sociais.

Os artigos do livro demonstram a urgência em discutir os nexos entre hierarquias sociais, cultura e práticas sociais de valorização das diferenças. A escola aparece como espaço de exercício do poder e da reprodução de assimetrias, onde tensas relações de poder subalternizam a diversidade sexual e de gênero. Concebendo os direitos sexuais como direitos humanos, percebemos o longo caminho a trilhar na desestabilização de estigmas e preconceitos nesse contexto. É papel dos educadores a intervenção para a transformação dessa realidade tão desigual. Entram em discussão temas como o currículo e a formação, as práticas pedagógicas, a homofobia religiosa e familiar, os modelos de gênero e a cultura brasileira. O livro possibilita ainda um breve

diagnóstico do modo como políticas públicas são atravessadas por essas relações de poder, impactadas por convenções sociais e culturais que desqualificam a diversidade. Demonstram como as esferas pública e privada são impactadas por essas concepções estigmatizantes, trazendo novos desafios para um Estado laico, que entende a necessidade de que é preciso educar para a diversidade e o respeito às diferenças.

Resenha recebida em: 30/09/2012

Resenha aceita para publicação em :10/01/2013